



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 1

ACÓRDAO Nº 886/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1824/2006 – 13 volumes.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria de Estado de Infraestrutura – SEINF.

4- Exercício: 2005.

5- Responsáveis: Srs. Fernando Elias Prestes Gonçalves, Secretário Estadual de Infraestrutura e Ordenador de Despesas (período de 1.1.2005 a 5.8.2005) e Marco Aurélio de Mendonça, Secretário Estadual de Infraestrutura e Ordenador de Despesas (período de 6.8.2005 a 31.12.2005).

6- Unidade Técnica: DICAD/AM - Informação Conclusiva nº. 17/2015, às fls. 2557/2558, retificando o Relatório Conclusivo nº. 78/2014, às fls. 2520/2552.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer Ministerial nº. 1423/2015, à fl. 2560, ratifica o Parecer Ministerial nº. 148/2015, às fls. 2553/2555, da lavra do Procurador de Contas Ademir Carvalho Pinheiro.

8- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Infraestrutura – SEINF. Exercício de 2005.

Regular com ressalvas (período de 01.01.2005 a 05.08.2005). Quitação. Irregular (período de 06.08.2005 a 31.12.2005). Glosa. Multa. Determinação à SEPLENO.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **nos termos do voto da Exma. Sra. Conselheira-Relatora, em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

9.1 – À UNANIMIDADE:

9.1.1 - Julgar REGULAR, COM RESSALVAS, com fulcro no artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso II, da Lei n. 2.423/1996 - LOTCE; artigo 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, a Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Infraestrutura, de responsabilidade do Senhor **Fernando Elias Prestes Gonçalves**, Secretário e Ordenador de Despesas (período de 01.01.2005 a 05.08.2005);



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 886/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.1.2 - Nos termos dos artigos 23 e 72, inciso I, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso I, da Resolução nº. 04/2002-RITCE, dar quitação ao Senhor **Fernando Elias Prestes Gonçalves**, Secretário e Ordenador de Despesas (período de 01.01.2005 a 05.08.2005);

9.1.3 - Julgar **IRREGULAR**, com fulcro no artigo 1º, inciso III, artigo 22, alínea “b”, da Lei n. 2.423/1996 - LOTCE; e artigo 188, §1º, inciso III, alínea “b”, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, a Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Infraestrutura, de responsabilidade do Senhor **Marco Aurélio de Mendonça**, Secretário e Ordenador de Despesas (período de 06.08.2005 a 31.12.2005);

9.1.4 - **Glosar** o montante de **R\$ 6.516.958,70**, referente às impropriedades listadas no voto, nos itens: 03, 04, 05, 06 e 07, considerando o Senhor **Marco Aurélio de Mendonça**, Secretário Estadual de Infraestrutura e Ordenador de Despesas (período de 06.08.2005 a 31.12.2005), em **alcance**, nos termos do artigo 304, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, fixando-lhe o prazo de **30** (trinta) dias, para que recolha o valor do **débito** aos cofres da Fazenda Municipal, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, inciso III, alínea “a” da Lei n. 2423/1996 – LOTCE e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE). Expirado o prazo estabelecido, o referido valor deverá ser inscrito na Dívida Ativa do Município, seguida de imediata cobrança judicial cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;

9.1.5 - Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:

a) Remeta à atual Administração da Secretaria de Estado de Infraestrutura, cópias autênticas do **Relatório Técnico - DICOP**, às fls. 2485/2519; da **Informação Conclusiva nº. 17/2015**, às fls. 2557/2558; e do **Parecer Ministerial nº. 148/2015**, às fls. 2553/2555, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestações de Contas futuras;

b) Notifique os Senhores **Fernando Elias Prestes Gonçalves**, Secretário e Ordenador de Despesas (período de 01.01.2005 a 05.08.2005) e **Marco Aurélio de Mendonça**, Secretário e Ordenador de Despesas (período de 06.08.2005 a 31.12.2005), com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresentem o devido recurso;

c) Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002-RITCE, adote as providências do artigo 162, §2º, do RITCE.

9.2 – POR MAIORIA, com voto de desempate da Presidência em favor do voto da Exma. Sra. Conselheira-Relatora:

9.2.1 - Na forma prevista no artigo 1º, XXVI e artigo 52 da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, aplicar ao Senhor **Marco Aurélio de Mendonça**, Secretário Estadual e Ordenador de Despesas (período de 06.08.2005 a 31.12.2005), multa no valor de **R\$**



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº 886/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

5.480,15, de acordo com o artigo 308, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, alterada pela Resolução nº. 25/2012, correspondente a R\$ 1.096,03, por mês de competência (**agosto a dezembro** do exercício de 2005), relativo aos dados e demonstrativos contábeis ACP/Captura, remetidos ao Tribunal de Contas, fora do prazo fixado no artigo 4.º da Resolução nº. 07/2002;

9.2.2 - Fixar o prazo de **30** (trinta) dias (artigo 174 do RITCE), para que o Senhor **Marco Aurélio de Mendonça**, Secretário e Ordenador de Despesas (período de 6.8.2005 a 31.12.2005), recolha aos cofres da Fazenda Estadual o valor da multa ora aplicada, com a devida comprovação nos autos, o qual deverá ser atualizado monetariamente, na hipótese de expirar o prazo concedido (artigo 55, da Lei n. 2423/1996 - LOTCE), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas Subseções III e IV da Secção III, do Capítulo X, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE.

Registre-se que a Relatora acompanhou em parte o voto do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, excluindo de seu voto a aplicação de multas aos responsáveis, mantendo apenas a multa ao Sr. Marco Aurélio de Mendonça, pela remessa fora de prazo ao Tribunal de Contas dos dados e demonstrativos contábeis ACP/Captura. Vencido o voto-destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro pela inaplicabilidade de multa pelo atraso do ACP e vencido o Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior que o acompanhou.

10- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 14 de outubro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador- Geral, em substituição.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Relatora

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA

Procurador-Geral, em substituição